



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016

São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

MOVIMENTO CAMPONÊS E EDUCAÇÃO POPULAR: ESTUDO DE CASO

THIAGO DA SILVA MELO

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO: A educação do campo é concebida em uma dimensão de luta dos movimentos sociais do campo sendo como uma concepção político pedagógica que objetiva dinamizar a relação dos seres humanos com a geração de condições de vida social. Nesse sentido, o movimento camponês desempenha papel fundamental para a educação seja ela formal ou informal através de seus saberes e vivências para o exercício da liberdade e autonomia. O presente artigo pretende discutir questões acerca da educação do campo tendo como enfoque da análise as experiências no Acampamento Irmã Dorothy Stang no município de Ivinhema-MS. **Palavras-chave:** Movimento camponês; Educação do campo; Educação popular. **ABSTRACT:** The education field is designed in a dimension of struggle of rural social movements and as a pedagogical political design that aims to boost the relationship of humans with the generation of conditions of social life. In this sense, the peasant movement plays a key role for education whether formal or informal through their knowledge and experience to the exercise of freedom and autonomy. This article discusses questions about the field of education as an analytical focus of the experiments at Camp Sister Dorothy Stang in the municipality of Ivinhema-MS. **Keywords:** Peasant movement; Rural education; Popular education.

INTRODUÇÃO Nas últimas décadas, com a passagem do predomínio da produção agrícola para a produção industrial, as demandas urbanas industriais adaptaram o meio rural e promoveram intensas mudanças devido a mecanização no campo. A tentativa de homogeneização do campo a partir da lógica do capital de produção de commodities não se limita a esfera econômica, expandindo seus tentáculos para todo o tecido social inclusive a educação que passa a refletir seus interesses. Um dos reflexos da investida do capital no campo brasileiro foi a emigração em massa

de camponeses para as cidades o que fez com que diversos pesquisadores afirmassem com base em teorias clássicas (KAUTSKY, 1980) que o campesinato desapareceria ao fim desse processo. No entanto, o que se verificou foi um processo de (re)criação camponesa (ALMEIDA, 2006) onde suas próprias características baseadas no trabalho familiar, ajuda mútua e economia voltada para a produção para o autoconsumo fizeram com que essa classe permanecesse, resistindo, mesmo diante do avanço do capital. Dessa forma, o projeto do capital para o campo, esbarrou na luta do movimento camponês[1] através de suas resistências que se iniciou contra a expropriação da terra e se expandiu para a tentativa de construção um novo modelo de sociedade e de educação que se colocasse como contraponto à produzida pela burguesia com a concepção moderna de educação, reduzida aos processos escolares, negando ou subordinando os aprendizados da experiência e da cultura e os que decorrem do trabalho. Lançando as bases para o advento de uma educação orientada pelos princípios de liberdade, autonomia e emancipação humana como projeto das classes populares de luta camponesas culminando com a elaboração do projeto pedagógico de educação do campo:

Tendo sua origem no processo de luta dos movimentos sociais para resistir à expropriação de terras, a educação do Campo vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade da construção de um outro projeto de sociedade e de Nação. (MOLINA E FREITAS, 2011, p. 19) A educação do campo compreende os processos culturais, as estratégias de socialização e as relações de trabalho vivenciadas pelos sujeitos sociais do campo através de suas lutas travadas cotidianamente para manterem sua identidade como elemento básico no seu processo de reprodução social. A educação se insere nas perspectivas de luta dos movimentos sociais no campo uma vez que seus projetos objetivam não apenas a terra mas, um novo modelo de sociedade. A educação do campo em confronto com o modelo "civilizatório" de escola imposto pela modernidade, se torna um modelo de educação popular:

Tendo por sujeitos políticos coletivos os movimentos sociais populares, a educação do campo que reivindicam e os experimentos pedagógicos que realizam não poderiam ser identificados senão como educação popular (RIBEIRO, 2013, p. 43) A finalidade da educação popular e a do campo são

convergentes na medida em que seus objetivos é criar meios entre aqueles que são dominados para a contestação e negação da estrutura social imposta, dividida entre a “elite pensante” que decide e controla e os “subordinados” que executam suas tarefas em função dos interesses dos primeiros, transformando os oprimidos em sujeitos sociais[2] ativos com poder para decidir sobre todos os assuntos que lhes disser respeito. (PAIVA, 1984) Dessa forma, os camponeses assumem a identidade de classe e o papel de sujeito político coletivo de educação e de transformação a partir de sua organização:

A dimensão educativa, formadora das classes populares, pode ser captada no processo histórico de organização dos movimentos sociais populares. Entendemos as formas através das quais os trabalhadores e trabalhadoras se organizam, dando origem aos movimentos sociais populares, enquanto sujeitos políticos coletivos de transformação social e de educação popular, conferem conteúdo a essa realidade histórica e social. (RIBEIRO, 2013, p. 46) Motivado por essas considerações preliminares, a busca por referências bibliográficas foi indispensável na tarefa de compreender os processos de educação no campo como meio de liberdade, autonomia e emancipação. A leitura de Ribeiro (2013) traz uma reflexão sobre os conceitos de liberdade, autonomia e emancipação enquanto princípios/fins da formação humana inscritas em um novo projeto de sociedade defendido pelo movimento camponês, lançando as bases das propostas pedagógicas para a educação do campo. Paiva (1984) apresenta as definições de educação popular e do campo enquanto arma contra a subordinação da classe camponesa e ferramenta para a transformação em sujeitos sociais autônomos com poder para decidir os rumos de sua educação. A análise de Caldart (2000) enfatiza a importância da humanização no processo de ensino e a aprendizagem no coletivo, onde o convívio e a interação entre as pessoas transmite e solidifica elementos da cultura camponesa. Outras obras serão referenciadas no decorrer do presente trabalho por serem relevantes na compreensão das questões que serão debatidas formando o arcabouço teórico de sustentação das argumentações e proposições que serão levantadas. Dessa forma, o presente artigo pretende discutir questões acerca da educação do campo tendo como enfoque da análise as experiências observadas no Acampamento Irmã Dorothy Stang no município de Ivinhema-MS. Um dos momentos primordiais durante o processo de investigação científica para a elaboração do artigo foi a metodologia empregada. Segundo Nossa (2005) esta etapa

compreende-se como um processo interligado de procedimentos, convergidos na problemática do acesso, tratamento e emprego dos dados e informações. Foram realizados levantamento e estudo bibliográfico, pesquisa documental em jornais, revistas, sites, biblioteca e Centro de Documentação Regional (CDR), visitas ao acampamento com entrevistas no decorrer do ano de 2014.

A EDUCAÇÃO SEGUNDO OS CAMPONESES: O CASO DO ACAMPAMENTO

IRMÃ DOROTHY STANG O acampamento Irmã Dorothy Stang localiza-se próximo às margens da BR 376, perto da entrada da cidade de Ivinhema-MS. A ocupação teve início em 2003, quando trabalhadores rurais sem terra, que exerciam a atividade de boias-frias vindos principalmente da periferia da cidade, se uniram na luta pela a realização do sonho de terem sua própria terra para cultivar e dar melhores condições de vida às suas famílias. São 32 famílias acampadas em um espaço cedido pela prefeitura depois de muita luta e negociação dos acampados. Atualmente estão filiados ao Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DETR-CUT). Essa organização sindical:

Para alcançar seus objetivos em relação à luta pela terra, a CUT-MS tem como tática de luta: consolidar uma organização estadual da agricultura familiar do Mato Grosso do Sul, que lute pela Reforma Agrária e pela construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário. (SILVA, 2004, p. 62) Na perspectiva da luta pela Reforma Agrária e construção de um projeto alternativo frente o avanço do capital no campo, os acampados formaram uma escola informal para as crianças desenvolverem atividades. O modelo utilizado no acampamento para o ensino das crianças está no âmbito da educação informal[3], sendo as aulas realizadas aos fins de semana com a contribuição de todos os acampados. Segundo uma das líderes do acampamento, Débora Lima, a formação da escola foi importante para as crianças conhecerem a luta pela terra e a Reforma Agrária entendendo o espaço onde moram. Levando em consideração seus diferentes estágios de desenvolvimento, devido às faixas etárias variadas, a finalidade do ensino é a formação política desde a infância para que as crianças compreendam os significados da luta pela terra de seus pais e que estes certamente continuarão. As crianças são estimuladas a aprender através de cantigas que são entoadas em conjunto, desenhos, pinturas e brincadeiras que objetivam despertar o interesse e a curiosidade delas sobre a temática. As atividades estimulam as crianças a aprender em grupo, contribuindo para o avanço de

sua condição humana, pois, as pessoas não aprendem ser humanas sozinhas, ajudando as crianças enraizarem-se em coletividades fortes, potencializando o convívio social, humano, na construção de suas identidades, conhecimentos, sentimentos e valores. (CALDART, 2000) O convívio e a construção coletiva do conhecimento também contribui para a formação política das crianças:

As pessoas se educam nas ações porque é o movimento das ações que vai conformando o jeito de ser humano. As ações produzem e são produzidas através de relações sociais: ou seja, elas põem em movimento um outro elemento pedagógico fundamental que é o convívio entre as pessoas, a interação que se realiza entre elas, mediada pelas ferramentas herdadas de quem já produziu outras ações antes (cultura); nestas relações as pessoas se expõem como são, e ao mesmo tempo vão construindo e revisando suas identidades, seu jeito de ser. (CALDART, 2000, p. 54) Débora Lima também afirmou que a escola ainda que informal é importante para que a criança relate aos colegas no convívio escolar (educação formal) suas experiências no acampamento e transmita em sua linguagem os significados da luta pela terra buscando desconstruir diversos estigmas e preconceito sobre os sem terra e afirmando a identidade coletiva uma vez que a criança camponesa pouco ou não se vê representada quando não desvalorizada no sistema formal de ensino. O aprendizado por parte da criança não se restringe aos conhecimentos adquiridos na escola, sendo sua vivência no acampamento um processo de contínua aprendizagem das práticas culturais[4] camponesas pelo contato com seu modo de vida. Através da observação identificam elementos da cultura camponesa como a essência solidária, onde dar, receber e retribuir é um dos sentidos de ser e viver, convivendo e respeitando ao próximo. As crianças vêem o resgate de valores como união e solidariedade através de atitudes dos acampados como a construção de um brechó para arrecadar roupas para as pessoas que precisam e um albergue para abrigar pessoas que estejam enfrentando alguma dificuldade temporária no acampamento. No contato com os adultos, as crianças aprendem através da oralidade, que assume um papel fundamental para a cultura camponesa, através das narrativas de histórias que trazem à tona sua memória e mesmo seus mitos:

À primeira vista, as narrativas e os registros memoriais fragmentados

parecem pouco relevantes para o estudo do social. Porém, pela reiteração dos elementos constitutivos dos encantamentos, as histórias contadas revelam uma *“realidade vivida e sentida pelos homens em sociedade”*. Sem contestar as propriedades universais do mito, os relatos míticos encontrados trazem, para o plano real, um universo repleto de personagens sobrenaturais escondidos embaixo da terra ou nas águas subterrâneas, sobretudo nos poços e nos olhos d'água: as almas e demais aparições ocupam o território, lembrando aos vivos que há uma presença anterior, demarcando espaços com sinais, pedras, “letreiros” e cruzeiros. Assim, o mito transforma-se em memória. Pois, no fim das contas, aparece como a única lembrança dos acontecimentos que marcaram a vida dos antepassados. (GODOI *et al*, 2009, p. 72) Podemos refletir que um dos mecanismos de educação no acampamento é o compartilhamento de significados e ferramentas de cultura, auxiliando na tarefa de significação das ações dos sujeitos sociais transformando-as em valores, convicções, costumes, comportamentos, símbolos e gestos de seu modo de vida refletido na coletividade da qual fazem parte.

Isto quer dizer, entre outras coisas, que educar as pessoas é ajudar a cultivar sua memória, é conhecer e reconhecer seus símbolos, gestos, palavras; é situá-las num universo cultural e histórico mais amplo, é trabalhar com diferentes linguagens, é organizar diferentes momentos e feitos para que as pessoas reflitam sobre suas práticas, suas raízes, seu projeto, sua vida... No acampamento há uma grande diversidade de cultivos: mandioca, milho, feijão, cebolinha e as crianças também aprendem a plantar e a lidar com a terra, produzindo o próprio alimento. Dessa forma, as crianças aprendem na prática através de seu trabalho com a relação que estabelecem com a natureza e consigo:

Pensamos o trabalho na sua dimensão educativa que, pela relação que o trabalhador estabelece com a natureza, mediada pelas relações consigo mesmo e com outros trabalhadores, humaniza enquanto produz bens materiais, imateriais, linguagem, arte, conhecimento e cultura. (RIBEIRO, 2013, p. 44) Outros conhecimentos sobre a natureza vão sendo construídos através do contato com os adultos e suas observações, estabelecendo uma relação bastante peculiar com a natureza que é um dos elementos da cultura camponesa:

Uma relação particular com a natureza também é verificada entre os camponeses no conhecimento que possuem sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. (PAULINO e FABRINI, 2008, p. 263) A escola no acampamento ainda que informal tem um papel fundamental na formação das crianças, iniciando o processo de criação identitária e raízes camponesas por percorrerem diferentes momentos, situações, trajetórias e contextos acerca do cotidiano no acampamento. Trazendo lições pedagógicas com suas práticas voltadas à formação humana, política e cultural dos sujeitos fazendo um contraponto reflexivo à educação institucionalizada. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** A educação do campo foi idealizada em uma esfera de luta dos movimentos sociais do campo sendo uma concepção político pedagógica com a finalidade de dinamizar a relação dos seres humanos com a geração de condições de vida social. Os camponeses organizam-se em movimentos sociais populares, criando alternativas de sociedade e de educação as quais pressupõem um processo de emancipação social. Tomamos como exemplo as experiências no Acampamento Irmã Dorothy Stang para evidenciar a importância da educação voltada para a formação da identidade coletiva do indivíduo e valorização dos elementos de sua cultura que passa a ser ensinada de forma dinâmica pelos próprios camponeses. A escola no Acampamento Irmã Dorothy Stang ainda que informal articula trabalho e educação dentro de um projeto popular de sociedade, tomando como princípio e finalidade da formação humana a liberdade, a autonomia e a emancipação. Dessa forma, o artigo mostrou a partir das experiências no acampamento estudado a importância de uma educação popular voltada para o ensino da cultura camponesa no campo a partir da vivência dos próprios sujeitos, contribuindo para os estudos relacionados a educação do campo, ciente de que esta é apenas uma pequena contribuição que necessita ser aprofundada através de maiores estudos e pesquisas sobre a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re) *criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: UNESP, 2006. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985. CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, Petrópolis: Vozes, 2000.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. Geografia Cultural: um balanço. In: *Revista de Geografia Londrina*, v. 20, n. 3, p. 5-24, set/dez. 2011. GODOI, Emília Pietrafesa de. [et al.] (org). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. 1, São Paulo: Editora da UNESP, 2009. GOHN, M.G.M. *Educação não-formal e cultura Política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. MARTINELLO, André Souza. O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural. In: *Revista Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.3, n. 5, p. 291-295, fev. 2008. MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do campo. In: *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011. MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. NOSSA, Paulo Nuno Maia de Sousa. *Abordagem Geográfica da Oferta e Consumo de Cuidados de Saúde*. Tese (Doutorado em Geografia) – Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2005. PAIVA, Vanilda. (org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípio/fins da formação humana*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008. SILVA, Tânia Paula da. *As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã-MS*. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT. UNESP, Presidente Prudente, 2004. WELCH, Clifford Andrew. [et al.] (org). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

[1] Entende-se por movimento camponês uma diversidade composta por diversos sujeitos: "os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que

usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.” (WELCH *et al*, 2009, p.12) [2] A construção do indivíduo enquanto sujeito social ocorre devido a cultura em uma relação dicotômica onde o sujeito interfere na sociedade ao mesmo tempo que recebe suas interferências: “O indivíduo é uma construção realizada pela sociedade graças à cultura, mas, simetricamente, a sociedade se constrói também graças a cultura. As relações entre os indivíduos têm de inserir-se num quadro reconhecido pelo grupo que vez que elas concernem o estatuto social, o uso do poder e a acumulação de riquezas: essas relações são institucionalizadas e aparecem como legítimas quando elas estão conformes ao sistema de valores do grupo.” (CLAVAL, 2011, p. 17) [3] Segundo Gohn (2008, p. 7), a educação informal “aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc.” A concepção de Brandão (1985), afirma que a educação informal está relacionada com o processo “livre” de transmissão de certos saberes tais como: a fala comum a um dado grupo, das tradições culturais e demais comportamentos característicos da comunidade. [4] Essas práticas culturais devem ser entendidas como a repetição e manutenção de comportamentos e a transmissão de modos de agir seja pelo ensino ou pela observação do indivíduo, dessa forma, novas gerações aprendem práticas culturais de gerações anteriores.

1 Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. e-mail: thiago_dasilvamelos@yahoo.com.br

.

Recebido em: 31/05/2016

Aprovado em: 03/06/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: